

Aumento para quem está no teto. Arrocho para quem está no piso.

Abrimos o boletim mais uma vez afirmando que a Unicamp tem dinheiro, mas o reitor não quer repassar aos funcionários.

A diretoria do STU apurou que o ICMS de janeiro deste ano cresceu 9,5% em relação a janeiro de 2017. E no semestre passado o crescimento acumulado foi de 6,75%.

A reitoria decidiu também cortar as GR's, aumentar o Bandejão e endurecer o contingenciamento. E mesmo com o STU afirmando que não havia necessidade de impor medidas tão rígidas, Knobel segue fazendo vistas grossas para o empobrecimento dos trabalhadores.

Em janeiro de 2018 a Unicamp fechou o caixa com dinheiro, e aproveitou para fazer o quê? Para repassar o reajuste salarial de 3,5% para os que recebiam acima de R\$ 21.631. Esse percentual refere-se ao que o governo Alckmin repassou ao funcionalismo do Estado.

É isso mesmo, você não leu errado não. Aumentou ainda mais os maiores salários da Unicamp!

Apesar de falar em crise, arrochar nossos salários, precarizar as condições de trabalho, o reitor mantém sua política de valorização da carreira docente, cujos salários são os mais altos da Universidade. Ele sequer levou em consideração nossa defasagem salarial: em 2015 tivemos o fracionamento do nosso pagamento, em 2016 recebemos apenas 3% e em 2017 veio 0% de reajuste.

Em entrevista à TV Unicamp no fim de 2017, o gestor afirmou que “apesar do crescimento tímido da economia, está buscando retomar a política de valorização do quadro com concessões de promoções por mérito para docentes e funcionários”. Prometer é fácil, mas cadê a ação concreta?

A gestão do reitor Knobel tem sido

pautada pela valorização dos docentes em detrimento da carreira dos funcionários. Tal medida fere a isonomia entre as categorias e estimula a quebra de unidade nas lutas conjuntas.

STU cobra extensão do reajuste

No começo deste mês, o STU encaminhou ofício ao reitor solicitando a extensão do reajuste de 3,5% a todos os servidores da Unicamp a título de recuperação de perdas passadas.

O auxílio alimentação está congelado há mais de quatro anos. E com a queda do comprometimento com a folha de pagamento, que em dezembro de 2016 chegou a 86,61%, é possível conceder o reajuste sem acarretar relevante acréscimo ao orçamento da Universidade.

Prioridades questionáveis

A política de ataques aos nossos direitos tem se intensificado dentro da Unicamp. Isso porque o reitor Knobel está seguindo a cartilha do Alckmin e Temer de retirada de direitos, desmonte do serviço público e desvalorização do servidor.

Vamos recapitular algumas das medidas tomadas pela gestão Knobel que afetaram gravemente a remuneração dos funcionários:

Corte das gratificações: No ano passado, numa manobra autoritária o reitor conseguiu aprovar no Consu o corte de 30% em todas as gratificações não incorporadas dos funcionários.

Essa medida além de desvalorizar as atividades e responsabilidades gerenciais, onerou o custo de vida do funcionário.

O STU entrou na Justiça para tentar revogar essa decisão.

Restaurante: o Consu resolveu aumentar os valores das refeições nos Restaurantes Universitários. Mais uma

medida que impactou negativamente a vida dos funcionários. O Bandejão garante aos funcionários uma refeição adequada a preço justo, mas o reitor entende que alimentação do funcionário é gasto.

Data-base: o Consu também decidiu que o reajuste dos trabalhadores será definido pelo colegiado. Mas não garantiu no Orçamento 2018, aprovado no final de 2017, uma verba para a nossa data-base. Além de ferir nossa isonomia com a USP e Unesp, a decisão sugere que a reitoria não está pensando em conceder reajuste este ano.

Se o reitor diz que está faltando verba, apesar de sabermos que não é verdade, porque não cobra do governo Estadual que está nos devendo? Por que o reitor não cobra os recursos devidos pela expansão do campus de Limeira? Por que o repasse referente à responsabilidade do Estado pelos pagamentos da insuficiência financeira – a diferença entre o arrecadado pela contribuição previdenciária e o efetivamente pago aos aposentados e pensionistas – não tem sido feito?

Ficar sentando vendo nossos salários serem corroídos pela inflação não é gestão sustentável, é desrespeito com aqueles que dedicam sua vida ao desenvolvimento da Unicamp Pública e de Qualidade!

REUNIÃO DE UNIDADE

22/02 (quinta-feira)

9h: FEA (Salão Nobre)

9h: IA (Sala AP07 – Dpto. Artes Plásticas)

9h: IB (Sala 3)

14h: IFGW (Sala IF-12)

14h: IMECC (Sala 124)

22/02 (terça-feira)

9h: IFCH (Auditório II)

MOBILIZAÇÃO

STU e reitoria tem reunião agendada para discutir valorização do servidor

Na próxima **segunda-feira (26), às 10h30, na sala do Consu**, a diretoria do STU se reúne com a reitoria para discutir o orçamento da Universidade, em especial, cobrar o repasse do reajuste de 3,5% para os funcionários.

Enquanto o orçamento da Unicamp cresce, nosso salário se mantém baixo e o custo de vida aumenta cada dia mais. O preço da alimentação, as contas de luz e de água, o transporte público e a gasolina não param de crescer.

Chegou o momento de retomarmos nossa mobilização, pois não podemos aceitar essa política de arrocho salarial, acrescida agora da “medida insensível” de beneficiar os setores com os maiores

salários dentro da Universidade.

Na avaliação da diretoria do STU, apenas com a luta organizada será possível fazer o enfrentamento à reitoria, que por meses ignorou as inúmeras solicitações de pedido de agenda, feitas pelo STU para discutir as demandas dos trabalhadores.

Acompanhe ao vivo a reunião que será transmitida pelo canal Câmera Web Reitoria.

Campanha Salarial 2018

O Fórum das Seis deu início à Campanha Salarial 2018 orientando sua base a realizar reuniões de unidade para discutir e organizar a nossa data-

-base. A previsão é protocolar no final de março a Pauta de Reivindicações Unificada junto ao Cruesp.

Aqui na Unicamp nossas mobilizações serão para pressionar a reitoria a implantar uma política salarial que valorize de fato o trabalhador, contornando o discurso batido da crise financeira.

Nosso calendário de reuniões começou na última terça-feira (20) e os funcionários podem agendar a melhor data em sua respectiva unidade. Basta procurar a Secretaria do STU e informar. Venha construir coletivamente esta luta!

Obs.: calendário de reuniões está na página da frente do Boletim e no nosso site.

Suspensão da reforma representa vitória dos trabalhadores

Na última terça-feira (19) os movimentos popular, sindical e estudantil foram às ruas protestar contra a Reforma da Previdência. O ato convocado pelas centrais sindicais marcou o Dia Nacional de Paralisações e Greves.

Os gritos de ordem contra Reforma da Previdência, pela revogação das leis da Terceirização e Trabalhista, pelo Fora Temer e contra a intervenção militar no Rio de Janeiro deram o tom das manifestações.

As mobilizações aconteceram no país inteiro e a notícia da retirada de pauta da proposta de reforma foi comemorada pelos trabalhadores.

A vitória é fruto das paralisações e

manifestações realizadas pelas centrais sindicais e os movimentos sociais desde que o governo enviou a proposta ao Congresso Nacional, em dezembro de 2016.

Na avaliação dos líderes sindicais essa foi uma derrota sem tamanho para os golpistas e mostra também a força dos trabalhadores.

A proposta foi retirada da pauta por determinação do presidente do Senado Federal e segue assim até o fim do prazo da intervenção federal, 31 de dezembro, segundo o parlamentar.

Não arremeter os votos necessários para a aprovação da reforma fez com que Temer seguisse com a intervenção militar e ressuscitasse uma

agenda alternativa que ataca os interesses nacionais e do povo brasileiro. O pacote inclui 15 demandas antigas defendidas pela direita conservadora, entre elas, a autonomia do Banco Central e a privatização da Eletrobrás.

A intenção é submeter o Banco Central, órgão regular financeiro, aos interesses da especulação e dos banqueiros para que eles mesmos criem suas próprias regras de mercado. E também aprofundar o sucateamento das estatais entregando nossas riquezas aos especuladores estrangeiros.

Tivemos uma importante vitória, mas os ataques são cada vez mais profundos. Devemos seguir mobilizados.

Intervenção Federal é prevenção às avessas

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Câmara Criminal do Ministério Público Federal (MPF) divulgaram nesta semana uma nota conjunta criticando severamente a intervenção federal no Rio de Janeiro, decretada pelo Temer. Para os órgãos do MPF, o decreto possui várias irregularidades. Além disso, repudiaram as falas dos ministros da Justiça e da Defesa e do comandante do Exército, general Villas Boas. Este último defendendo a garantia de que os militares possam agir sem risco de terem de responder a processos por abusos e violações aos direitos humanos.

Um dos principais pontos de crítica da nota é a possibilidade de emissão de mandados de busca e apreensão coletivos, sem definição de quem ou que está sendo buscado. Na prática, as Forças Armadas poderiam invadir qualquer moradia ou estabelecimento dentro de uma determinada área. “Tal procedimento é ilegal, uma vez que o Código de Processo Penal determina a quem deve se dirigir a ordem judicial. Mandados em branco, conferindo salvo conduto para prender, apreender

e ingressar em domicílios, atentam contra inúmeras garantias individuais”, argumentaram os procuradores.

Se o governo Temer deseja dar mais segurança à população deveria investir mais em políticas sociais, ao invés de optar por congelar por 20 anos os gastos públicos.

A violência está ligada à questão social e não se encerrará com ações somente no campo do policiamento ostensivo.

A melhor forma de se combater ou diminuir a criminalidade é atingindo o crime em suas causas e raízes, não suas consequências. É investindo em políticas públicas que garantam a educação, habitação, emprego, inserção do homem no meio social, qualidade de vida da população, acesso aos bens naturais e oferta cultura e lazer.

Cortes de investimentos públicos nas áreas sociais só agravam a violência. E a intervenção federal abre um precedente sem tamanho, pois sacrifica nossas garantias constitucionais em nome de um suposto combate ao crime que não se mostra eficaz.

Fonte: com informações da Rede Brasil Atual e Portal Vermelho.